

# ***EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS***

Processo nº.: **1107718**  
Natureza: **DENÚNCIA**  
Órgão Julgador: **2ª CÂMARA**  
Relator: **CONSELHEIRO ADONIAS MONTEIRO**  
Denunciante: **FERNANDO SYMCHA DE ARAÚJO MARÇAL VIEIRA**  
Denunciado: **PREFEITO MUNICIPAL DE CAPELA NOVA**

**MUNICÍPIO DE CAPELA NOVA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 19.259.951/0001-08, com sede na Rua Lopes de Assis, nº 09, centro, na cidade de Capela Nova-MG, por seu **PREFEITO MUNICIPAL, ADELMO DE REZENDE MOREIRA**, brasileiro, casado, portador do CPF 538.700.696-00 e do RG MG-3.009.342, residente e domiciliado à Rua do Madeira, nº 90, nesta cidade de Capela Nova-MG, CEP.: 36.290-000, na qualidade de; e, **MARCELO JOSÉ BARBOSA DAMASCENO**, brasileiro, casado, servidor público, portador do CPF e do RG , residente e domiciliado na Rua , nº , centro, Capela Nova-MG, CEP.: 36.290-000, na qualidade de **PREGOEIRO** do Município de Capela Nova, vêm, tempestiva e respeitosamente, ante Vossa Excelência, em cumprimento à intimação contida no Ofício nº 17167/2021, da Secretaria da Segunda Câmara, apresentar **JUSTIFICATIVAS** e bem assim, **APRESENTAR DOCUMENTOS**, conforme lhe é facultado, pelo que expende e, a final, requer:

## ***DOS FATOS***

Fernando Symcha de Araújo Marçal Vieira aviou denúncia perante esta egrégia Corte de Contas, aduzindo, em síntese, que:

- 1) O Município de Capela Novo publicou Edital de Abertura do Processo Licitatório nº 081/2021, Pregão Presencial nº 037/2021, cujo objeto é o Registro de Preços de futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de pneus, protetores e câmara de ar, incluso os serviços de montagem de pneus;
- 2) O Pregão Presencial nº 037/2021, com sessão a ser realizada em 27/09/2021 é restritivo, pois o objeto está subdividido em lotes com serviços;
- 3) As exigências não podem prevalecer, devendo ser modificadas para melhor se adequarem à legislação pátria;
- 4) O Edital fere o inciso IV do artigo 15 e parágrafo 1º do artigo 23 da Lei nº 8.666/93;
- 5) Em face da legislação e jurisprudência, deveria ocorrer a modificação do critério de julgamento de menor preço por lote, para menor preço por item;

Colacionou, assim, entendimentos jurisprudenciais, aduzindo ainda quanto à existência de perigo de dano irreparável, e bem assim, de verossimilhança das alegações, pugnando, a final, pela concessão de medida liminar de suspensão.

Intimados, os ora Defendentes trazem, no prazo que lhes foi conferido, justificativas e documentos concernentes às fases externa e interna do Pregão Presencial nº 037/2021, Processo Licitatório nº 081/2021.

## ***DAS JUSTIFICATIVAS***

Primeiramente, *data maxima* venia, cumpre ressaltar que a reunião de itens em lotes não contraria o comando do § 1º do artigo 23 da Lei nº 8.666/1993, notadamente se o agrupamento de produtos a serem adquiridos e dos serviços a serem contratados possibilita atrair mais licitantes e tem o intuito de preservar a economia de escala, mui especialmente no caso em tela, onde o agrupamento encontra-se devidamente justificado, com fins de proporcionar contratação mais vantajosa para a Administração.

Observa-se do Edital do Pregão Presencial nº 037/2021, Processo Licitatório nº 081/2021, que os lotes foram compostos por diversos itens, tais como pneus, produtos e serviços afins, de acordo com os veículos que compõem o patrimônio da municipalidade.

Desta forma, a adoção do critério de julgamento de menor preço por lote é perfeitamente cabível, haja vista que, a divisão do objeto está de acordo com cada tipo de veículos (leves, pesados, máquinas, etc.), com estrita observância à economia de escala.

Tem-se por vezes já decidido nesta egrégia Corte de Contas que *“o agrupamento de produtos e serviços afins aumenta o valor do lote e atrai, em tese, mais fornecedores, sendo que diversos estabelecimentos que fornecem pneus ou produtos para veículos leves ou pesados não teriam condições de fornecer pneus e produtos para motocicletas ou retroescavadeiras, por serem de categorias distintas”* (TCEMG – Denúncia 932257).

Tem-se, portanto, no caso em tela, a inexistência de qualquer prejuízo de competitividade, e ainda, mui especialmente, a experiência de prejuízos para a Administração Pública, sendo certo que eventual admissão da licitação por “itens” somente viria a dificultar todas as negociações, podendo culminar, inclusive, na não obtenção da melhor proposta, tendo em vista que, na licitação por “lotes”, quanto maior o número de bens licitados, maior será a possibilidade de redução de seu custo.

Diz o artigo 23 da Lei nº 8.666/93, que:

**Art. 23 – “As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação.**

**(. . .)**

**§ 1º - As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.**

**(. . .).”**

(grifos e realces nossos)

À simples leitura do artigo supratranscrito, afere-se ser **regra** o parcelamento do objeto em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis.

No mesmo sentido, esta egrégia Corte de Contas entende, conforme se denota da Súmula nº 114, que assim preceitua:

**Súmula nº 114 TCE/MG:**

**“É obrigatória a realização de licitação por itens ou por lotes, com exigências de habilitação proporcionais à dimensão de cada parcela, quando o objeto da contratação for divisível e a medida propiciar melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampla participação de licitantes, sem perda da economia de escala, adotando-se, em cada certame, a modalidade licitatória compatível com o valor global das contratações. Não obstante, é possível que ocorra a aglutinação dos objetos da licitação em um só lote, desde que estes guardem relação direta de continuidade, isto é, correlação, bem como haja ganho de eficiência. (. . .).”**

(grifos e realces nossos)

Não se olvida do disposto na Súmula nº 247 do egrégio Tribunal de Contas da União, que diz:

**Súmula nº 247 TCU:**

***"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."***

Contudo, a menção ali constante de *"... adjudicação por item ..."*, não quer dizer impedimento quanto à opção "por lotes", trazendo a colocação posta pelo Denunciante, *data maxima venia*, interpretação equivocada, haja vista a previsão e exigência relativamente à divisibilidade do objeto, e bem assim, à não existência de prejuízos ou perda de economia de escala, propiciando além de tudo, ampla participação de licitantes.

Cumpre salientar também, que o fornecimento de produtos em conjunto com a prestação de serviços garante à Administração maior eficiência no que tange ao gerenciamento dos contratos, facilitando seu acompanhamento, e promovendo a agilidade na prestação do objeto, alcançando, assim, a vantajosidade da contratação buscada através da legislação pertinente.

Deste entendimento não discrepa esta egrégia Corte de Contas, senão vejamos:

***DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. AQUISIÇÃO DE PNEUS, SERVIÇOS DE MONTAGEM, BALANCEAMENTO, ALINHAMENTO E CAMBAGEM. DIVISÃO DO OBJETO EM LOTES INCLUINDO FORNECIMENTO DOS PRODUTOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. IMPROCEDÊNCIA. REGULARIDADE. ARQUIVAMENTO.***

***"1. O objeto do certame, quando divisível, deve ser parcelado, atendendo-se ao disposto no § 1º, do art. 23, da Lei nº 8.666/93, em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.***

***1. A Administração deve guiar-se em suas aquisições pelo binômio necessidade/benefício, e a contratação conjunta de fornecimento de produtos e serviços, quando possuírem estreita relação, insere-se na discricionariedade do gestor público, em observância ao art. 23, §1º, da Lei 8.666/93, traduzindo as necessidades da Administração, tendo por finalidade o atendimento do interesse público e não o individual e particular dos interessados em licitar."***

**(TCE-MG – Denúncia 1054175 – Rel. Cons. WANDERLEY ÁVILA – 26/09/2019)**

***DENÚNCIA. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. PREGÃO PRESENCIAL. COMPRA DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO, CÂMBIO E CASTER. UTILIZAÇÃO INDEVIDA DE CRITÉRIO DE JULGAMENTO. MENOR PREÇO POR LOTE. RAZOABILIDADE DA JUSTIFICATIVA APRESENTADA PARA AGRUPAR OS BENS E SERVIÇOS LICITADOS EM LOTES. OTIMIZAÇÃO DAS COMPRAS E DOS SERVIÇOS. PREVENÇÃO DE PREJUÍZOS AO ERÁRIO. ECONOMIA DE ESCALA. ADITAMENTO PARQUET DE CONTAS. AUTORIZAÇÃO INDEVIDA PARA REVISÃO DOS PREÇOS. INTERPRETAÇÃO CONJUGADA DAS REGRAS EDITALÍCIAS. REVISÃO SOMENTE ADMITIDA EM CASOS EXCEPCIONAIS. IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA. RECOMENDAÇÃO.***

***"1. Justificam o critério de julgamento pelo menor preço por lotes a otimização do processo de aquisição de bens e de prestação dos serviços e a ausência de prejuízo ao erário, comprovado mediante economia de escala.***

***2. Expedida recomendação para que, nas futuras licitações, sejam apresentados, prévia e***

***expressamente, os motivos relacionados à divisão do objeto em itens ou lotes e para que se observem as condições e os requisitos legais previstos para os casos de revisão dos preços e de reequilíbrio econômico-financeiro aplicáveis aos contratos administrativos.”***

**(TCE-MG – Denúncia 932257 – Rel. Cons. GILBERTO DINIZ – 08/03/2018)**

***DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS. FORNECIMENTO DE BATERIAS, LUBRIFICANTES, PNEUS, CÂMARAS, ÓLEOS E PEÇAS. ADOÇÃO DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DE MENOR PREÇO POR LOTE. RAZOABILIDADE. OTIMIZAÇÃO DO CUSTO-BENEFÍCIO. PERTINÊNCIA AO OBJETO DO CERTAME. VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA. IMPROCEDÊNCIA DO APONTAMENTO DE IRREGULARIDADE. ARQUIVAMENTO.***

***“A reunião de itens em lotes não contraria o comando do § 1º do art. 23 da Lei n. 8.666/1993, notadamente se o agrupamento de produtos a serem adquiridos e dos serviços a serem contratados possibilita atrair mais licitantes e tem o intuito de preservar a economia de escala, desde que tal agrupamento esteja devidamente justificado pela Administração, o que pode proporcionar contratação mais vantajosa para a Administração.”***

**(TCE-MG – Denúncia 1092560 – Rel. Cons. ADONIAS MONTEIRO – 29/04/2021)**

## **DOS REQUERIMENTOS**

***Posto isto, entendendo apresentadas as justificativas cabíveis à espécie, trazendo ainda, em anexo, toda a documentação pertinente, verifica-se de forma cabal a inexistência de qualquer irregularidade na reunião em lotes, o fornecimento de produtos e prestação de serviços,***

**conforme consta do Edital do Processo Licitatório nº 081/2021 – Pregão Presencial 037/2021, restando, assim, atendido o disposto no artigo 23, § 1º da Lei nº 8.666/93, pelo que se requer seja julgada IMPROCEDENTE a Denúncia ofertada por Fernando Symca de Araújo Marçal Vieira, nos autos em epígrafe, culminando com a extinção do feito, com resolução de mérito, na forma prevista no artigo 487, I do Código de Processo Civil, aplicando-se ainda, de forma supletiva, o disposto no artigo 379 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.**

Termos em que, pede deferimento.

Capela Nova-MG, 29 de setembro de 2021

**RICARDO VANDERLEI SILVA**  
**OAB-MG 66.056**  
**Procurador Geral do Município de Capela Nova**